



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I

PREGÃO Nº 49/2019 – ELETRÔNICO

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, de empresa para prestar serviços de monitoramento de matérias de interesse direto e indireto do TRE/MS (clippagem de mídia televisiva (TV), online (sites de notícias), radiofônica e impressa (jornais), doravante denominados apenas serviços, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, com envio de relatório mensal contendo valoração e avaliação das clippagens.

2. A contratação dos serviços será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital, deste Termo de Referência e da minuta do Termo Contratual.

3. É condição para a assinatura do contrato, isto é, para a formalização da contratação, a comprovação de que a empresa possua sede ou filial no município de Campo Grande/MS.

3.1. A comprovação de atendimento às exigências da cláusula 3 será feita por ocasião da assinatura do Contrato e consistirá na apresentação de contrato social, alvara de funcionamento ou outro documento que indique estar a empresa, ou sua filial, instalada em Campo Grande, facultado ao TRE/MS a realização de visita ao local indicado para verificação das instalações da empresa.

3.2. A exigência constante da cláusula 3 justifica-se pelo fato de que as emissoras locais de televisão não possuem transmissão via cabo ou satélite, impossibilitando que sejam recepcionadas por empresas de outras localidades.

CAPÍTULO II - DO SERVIÇO, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO MENSAL E ANUAL

1. A descrição dos serviços a serem contratados, prazo do contrato e valor máximo mensal e anual admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

ITEM 01			
Contratação de empresa para prestação de serviços de pesquisa, triagem de notícias, artigos, citações, reportagens, matérias jornalísticas e entrevistas, ao vivo ou gravadas, na mídia eletrônica televisiva (TV), mídia online (sites de notícias) e mídia impressa (jornais), concedidas por autoridades, juízes ou servidores da Justiça Eleitoral, de interesse direto e indireto do Tribunal Regional Eleitoral de MS. Prazo: 1 ano (12 meses)			
		Preço Máximo	

Unidade	Quantidade	Preço Máximo Mensal	Preço Máximo Anual
SERVIÇO ANUAL	1 ano	R\$ 2.266,29	R\$ 27.195,50
Intervalo mínimo entre os lances na disputa			R\$ 100,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A empresa deve fazer, diariamente, o rastreamento de material indicado no Item 01, procedendo o monitoramento digital das matérias de interesse desta instituição veiculadas nas mídias televisiva (TV), online (sites de notícias) e impressa (jornais).

2.1. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA TELEVISIVA** deve alcançar, **ORDINARIAMENTE**, toda e qualquer matéria que faça referência a esta Instituição, mediante acompanhamento por período ininterrupto de 24h, seleção e gravação de matérias veiculadas nas seguintes emissoras:

- TV MORENA (GLOBO);
- TV SBT/MS (SBT);
- TV MS (RECORD);
- TVi (BAND); e
- TVE (CULTURA MS).
- TV ASSEMBLEIA

2.1.1. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA TELEVISIVA** (TV) deverá alcançar, **EXTRAORDINARIAMENTE**, qualquer outra programação, inclusive aquelas que são transmitidas em horários menos convencionais, devendo a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial deste TRE/MS - ASCOM, neste caso, comunicar à empresa contratada, com antecedência de pelo menos 24 horas, o nome do programa a ser clipado e da emissora de TV, bem como seu horário de exibição e serão de, no máximo, 2 (duas) ao mês.

2.2. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA ONLINE** (sites de notícias) deverá alcançar a coleta de notícias, entrevistas, reportagens e artigos extraídos da mídia *web*, constante da seguinte relação mínima de sites a serem monitorados:

www.capital.ms.gov.br/cgnoticias; www.acritica.net; www.agorams.com.br;
www.campograndenews.com.br; www.campograndenoticias.com.br;
www.correiadoestado.com.br; www.corumbaonline.com.br/novo/home;
www.diariocg.com.br; www.diariodigital.com.br; www.folhadoms.com.br;
www.gl.com.br/tvmorena; www.jornaldedomingo.com.br; www.midiamax.com.br;
www.msaqui.com.br; www.msrecord.com.br; www.msnoticias.com.br;
www.topmidianews.com.br; www.anastacionoticias.com.br; www.aquidauananews.com;
www.bonitonews.com.br; www.capitaldopantanal.com.br; www.capitalnews.com.br;
www.cassilandia.news.com.br; www.cidadebranca.com.br; www.costaricanews.com.br;
www.coximagora.com.br; www.diarionline.com.br; www.edicaoms.com.br;
www.oestadoonline.com.br; www.falams.com.br; www.fatimanews.com.br;
www.maracaju.news.com.br; www.midiams.com.br; www.msreporter.com.br;
www.navirainoticias.com.br; www.noticias.ucdb.br; www.noticiasdigitais.com.br;
www.pontanews.com.br; www.portalbonito.com.br; www.portaldoms.com.br;
www.radiowebms.com.br; www.reporterms.com.br; www.sgonews.com.br;

www.sidrolandianews.net; www.oprogreso.com.br; www.ojornalms.com.br;
www.perfilnews.com.br; www.hojems.com.br; www.douradosagora.com.br;
www.douradosnews.com.br; www.douradosinforma.com.br; www.diarioms.com.br;
www.folhadedourados.com.br; www.bonitoinforma.com.br; www.portaldoconesul.com.br;
www.noticias.ms.gov.br; www.atribunanews.com.br; www.jpnews.com.br;
www.perfilnews.com.br; www.novanews.com.br; www.cassilandianoticias.com.br;
www.newsderiv.com.br; www.opantaneiro.com.br; www.jornaldanova.com.br;
www.blink102.com.br/news; www.servidorpublicoms.com.br; www.oliberdade.com.br;
www.tererenewsms@gmail.com; www.jornaloonibusms.com.br;
www.sidrolandianews.com.br; www.reporterms.com.br; www.tererenews.com.br;
www.jpnews.com.br; www.jornaldanova.com.br; www.agazetanews.com.br;
www.opantaneiro.com.br; www.caaraponews.com.br; www.ocorreionews.com.br;
www.jovemsulnews.com.br; www.correiodecorumba.com.br.

2.2.1. A relação de sites acima não impede a inclusão de novos portais de expressão e/ou de interesse da contratante que porventura venham a ser criados durante a vigência da contratação.

2.3. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA IMPRESSA** (jornais) deverá alcançar o acompanhamento diário, seleção, edição e digitalização das matérias de interesse desta instituição, veículas nos jornais de circulação regional e nacional a seguir: **CORREIO DO ESTADO, O ESTADO DE MS, FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO e O GLOBO.**

2.4. O serviço de **CLIPPING DE MÍDIA RADIOFÔNICA** acompanhamento por período ininterrupto de 24h, seleção e gravação de matérias veiculadas nas rádios CBN, Blink, Capital, Cidade, Atalaia, Imaculada, H'ora e demais rádios se solicitado com 12h de antecedência.

3. O contrato da prestação do serviço terá vigência de 12 (doze) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser reduzido para um período menor, conforme necessidade desta instituição.

CAPÍTULO III – FORMAS DE MONITORAMENTO E DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

1. O monitoramento será diário, de domingo a sábado, inclusive nos dias de feriado nacional, estadual e local.

2. A apresentação das informações constantes do clipping deverá conter as seguintes especificações:

2.1. A notícia deverá ser identificada pela data, hora de inserção no clipping, título, palavras-chave (identificando o assunto abordado, devendo estar em destaque no texto) canal de comunicação (impresso/online/rádio/TV), qualificação da matéria (negativo/neutro/positivo), veículo, município, editoria (no caso de impressos e internet), emissora, programa e horário de veiculação (no caso de rádio ou TV).

2.2. A avaliação do conteúdo (positiva, negativa ou neutra) deverá ter como referência a atuação do órgão e estar em local de fácil identificação.

2.3. No caso de impressos e online, as matérias deverão apresentar, ainda, opção para impressão da matéria.

2.4. No caso de online os arquivos devem constar os links para as páginas originais de onde foram extraídas as matérias.

2.5. O conteúdo de rádio e TV deverá apresentar tempo de duração; opção para download da matéria, com qualidade para conteúdo de áudio e de vídeo.

2.6. Todas as matérias deverão conter campo para envio da respectiva matéria por

e-mail – no caso de rádio e TV, deverá ser possível enviar os dados de identificação, com link para download.

2.7. O conteúdo clipado e consolidado deverá ser enviado para o email imprensa@tre-ms.jus.br diariamente até as 7h30 do dia seguinte da clipagem, devendo cada notícia ser precedida dos seguintes dados, conforme o conteúdo clipado: veículo, município, caderno, página, emissora, programas, data e hora da publicação.

2.7.1. Na vigência do contrato novos endereços de e-mail poderão ser incluídos e/ou alterados.

2.8. Plataforma online: As notícias clipadas devem estar disponíveis para o TRE-MS por meio de plataforma online alimentada e mantida pela contratada. Devendo ser possível acessá-la em página da internet a partir de qualquer computador/tablet/smartphone por meio de login e senha a serem disponibilizados pela prestadora de serviço.

2.9. O sistema deverá permitir o download do conteúdo em áudio e vídeo, bem como a exportação em formato PDF do conteúdo de mídias impressa e online.

2.10. O sistema deverá permitir a criação de boletim tipo “newsletter”, contemplando o envio, por e-mail, das notícias selecionadas (individualmente) pelo usuário. Para composição dessa “newsletter”, o usuário deverá ter a possibilidade de selecionar itens a partir do resultado de buscas. A “newsletter” deverá conter, ainda, a opção de inclusão das notícias apresentadas como “destaque”, a partir da seleção (individual) das mesmas.

3. O serviço de clipping jornalístico deverá ser disponibilizado por meio de sistema computadorizado, de forma digital, editado, analisado, indexado e revisado, de domingo a sábado, sendo que os conteúdos monitorados após as 22h deverão estar disponibilizados até as 10h do dia seguinte.

3.1. No monitoramento da mídia radiofônica o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, no prazo máximo de 2 horas após a sua veiculação e em formato mp3.

3.2. No monitoramento de mídia impressa o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, até as 9h do dia de sua veiculação e em formato PDF.

3.3. No monitoramento de mídia online o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, num ciclo máximo de 2 em 2 horas e em formato PDF.

3.4. No monitoramento de mídia televisiva o conteúdo deverá ser disponibilizado diariamente, no prazo máximo de 2 horas após a sua veiculação e em formato mp4, com resolução 1920 x 1080.

4. O **Relatório Mensal** deverá ser enviado até o quinto dia útil de cada mês contendo a quantidade das matérias veiculadas no mês imediatamente anterior, com valoração da veiculação em reais e avaliação da notícia como positiva, neutra ou negativa.

5. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

6. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

7. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

8. O acompanhamento e fiscalização da execução do contrato que consistirá na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, será de responsabilidade de servidor(a) lotado na ASCOM, o(a) qual deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta execução dos serviços para fins de pagamento.

8.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4 a 6 deste Capítulo.

9. Verificada alguma falha na prestação do serviço, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material clipado cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

CAPÍTULO IV – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e do valor mensal contratado.

2. Para fins de atendimento da **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012)**, a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES.

CAPÍTULO V – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o recebimento definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365$ $I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas relativas ao objeto desta contratação serão disciplinadas no Termo de Contrato.

CAPÍTULO VII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO VIII - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

1. Realizar a prestação dos serviços decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Minuta do Termo de Contrato.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.
5. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 18/11/2019, às 15:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0751984** e o código CRC **97569301**.